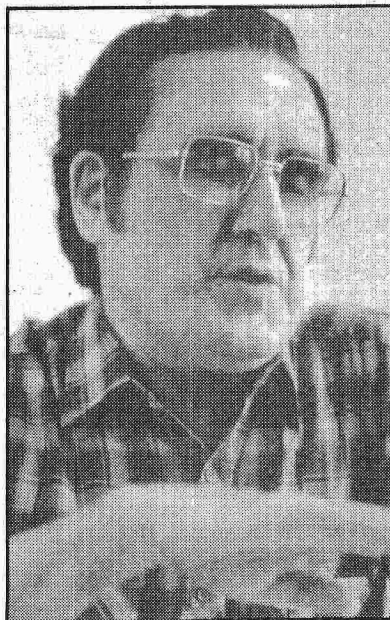


Donos de escolas são contra a revogação

Eles são contrários à revogação do Decreto 95.720, que liberou as mensalidades escolares, e defendem a escola particular como opção legítima dos pais de alunos à educação. Na opinião de seis Diretores de colégios, as escolas particulares só deixarão de ser a única opção de ensino com o fortalecimento da escola pública. Eles apontam a decadência do ensino gratuito como uma das razões da pressão exercida pelos pais para a diminuição dos valores das mensalidades. Todos concordam com as bases do acordo feito em janeiro com a Associação dos Pais de Alunos e criticam os abusos cometidos no reajuste das mensalidades.

PAULO SAMPAIO, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Diretor do Colégio Princesa Isabel, em Botafogo — Até agora, a inoperância da máquina estatal não permitiu que o Decreto pudesse ser analisado melhor pela sociedade. Não houve tempo para testá-lo. A defesa do acordo com os pais não colide com a manutenção do Decreto, já que o artigo cinco prevê a devolução dos valores pela correção da OTN nas mensalidades seguintes. Entendo que o fortalecimento da escola pública diminuiria as tensões sociais em que estamos mergulhados. Livre para cobrar, a escola teria um pai também livre para escolher onde colocar seu filho.

NEWTON PRATES, Diretor do Colégio Isa Prates, em Ipanema — Sou contrário à revogação do Decre-



Peres: Decreto está mal aplicado

to, que foi assinado para consertar uma situação caótica. O sistema de reajuste por tabelamento ou aplicação de fórmulas se mostrou ineficaz porque cada escola tem realidade própria. Os métodos de testar a liberdade vigiada precisam ser aperfeiçoados. O Decreto é democrático porque coloca nas mãos do mercado a escolha da escola, mas as regras foram modificadas na metade do jogo. Agora as pessoas estão sofrendo seu lado negativo porque têm dificuldades de absorvê-lo. Em um segundo



Sampaio: faltou tempo para testes

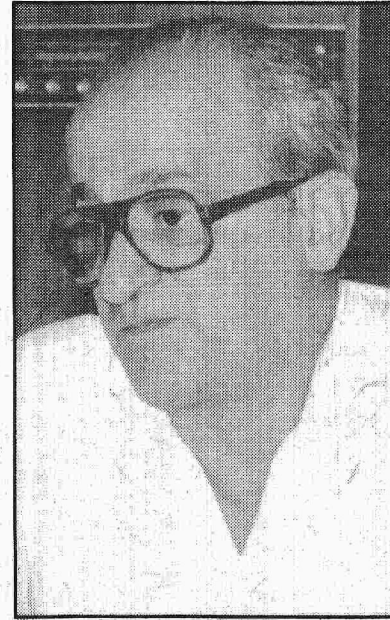
momento, com a renovação da matrícula, os pais terão condições de avaliar os colégios que não se comportaram eticamente. As que abusaram serão abandonadas. Quem vai querer entregar seu filho a uma escola de posição ética não confiável? E da maior importância que o Estado ofereça opção legítima da escola gratuita, que não funciona bem. No momento em que a escola pública for viável, a particular passará a ser opção e não obrigação.

PADRE MARCELO MOTA CAR-



Bahiense: o problema continuará

NEIRO, Vice-Diretor do Colégio São Vicente de Paulo, no Cosme Velho — O regime de liberdade vigiada dá oportunidade aos colégios de chegar a um entendimento com pais e professores a respeito do reajuste de mensalidades. Esse é o resultado da boa aplicação do Decreto. Nesse País, tudo sobe de preço a todo momento. Não há condições de manter a realidade de um bom ensino a preços defasados. É injusto classificar o colégio como opressor porque o Decreto permite o diálogo.



Nótlica: pela coibição dos abusos

VITOR NÓTRICA, Diretor do Instituto Guanabara e Curso Miguel Couto — Estou aplicando o acordo firmado com a Associação dos Pais de Alunos, mas sou contra a revogação do Decreto. Defendo por uma questão de princípio a iniciativa privada em Educação como qualquer outra atividade. A qualidade de ensino tem seu preço. É claro que, dentro da aplicação do Decreto, deve prevalecer o artigo cinco, que coíbe os abusos.

NORBERTINO BAHIENSE FI-

LHO, Diretor da rede Bahiense, membro do Conselho Federal de Educação e Conselho Estadual de Educação e Presidente do Conselho Empresarial da Associação Comercial do Rio de Janeiro — Acredito que o Governo federal vá revogar o Decreto porque a classe média está sufocada, mas isso nada adiantará. Para que exista paz na iniciativa particular, é imperioso que o Governo divulgue os índices de reajustes, seja pelo Decreto, acordo ou tabelamento, 60 dias antes da matrícula, para que os pais tenham alternativas. Eles estão nas ruas porque ignoram o sistema de contrato que vai vigorar no semestre. Ninguém cobra do governo a melhoria da escola pública. Todos reivindicam escola particular barata. Entreguem para as escolas particulares sérias a rede pública, que nós melhoraremos o ensino com a metade da verba gasta pelo Governo.

FREI JOÃO MANUEL PERES, Diretor do Colégio Santo Agostinho, no Leblon — Revogar o Decreto significa recuar na orientação da política nacional. Deve haver controle e punição para aqueles que estão abusando no reajuste das mensalidades. Se os colégios estão se aproveitando da liberdade vigiada é porque o Decreto está sendo mal aplicado. No Santo Agostinho, solicitamos aos pais de alunos a cobrança de uma cota extra de 72 por cento para o adiantamento do reajuste salarial dos professores e todos os pais aprovaram por escrito.